As eleições de 2020 e a ilusão da vitória do centro! | Eduardo Tadeu Pereira

08/12/2020

As análises da mídia empresarial vêm alardeando, no balanço das eleições municipais de 2020, a derrota do Bolsonarismo e do Petismo, que seriam, nessa narrativa extremamente enviesada, os dois polos do quadro ideológico. A Folha de São Paulo chegou a fazer uma "régua" para calcular as distâncias ideológicas entre partidos e candidatos/as.

Ao mesmo tempo vêm buscando construir a narrativa da vitória do que chamam de "centro" ou "direita civilizada", que teria 'avançado' sobre os escombros petistas e bolsonaristas. Porém, apesar de todo o esforço da imprensa capitalista, os dados não chegam a confirmar essa hipótese.

É certo que a esquerda em geral, ou mesmo o campo 'progressista' com o PT como maior partido desse campo, não chegou a 'se recuperar'. É certo também que as candidaturas diretamente apoiadas por Bolsonaro não tiveram sucesso, tendo os casos de São Paulo e Rio de Janeiro como emblemáticos. Porém, o suposto grande avanço da direita, do centrão ou do centro deve ser relativizada.

O PT chegou ao governo federal em 2002, numa conjuntura em que o neoliberalismo aplicado pelo governo Fernando Henrique, que tinha enorme rejeição, estava em crise no mundo. Por outro lado, Lula vinha de confrontos com o governo e a política neoliberal e apresentava um programa de esperança ao povo e de garantias ao capitalismo (vide a carta aos brasileiros). Assim, logrou representar o sentimento de oposição, vencendo José Serra, do PSDB, no segundo turno, por 61,27% a 38,73% – Serra só venceu em Alagoas – que representava naquele momento a continuidade do governo FHC e, portanto, do programa neoliberal.

Nas eleições seguintes, sejam nacionais ou municipais, os partidos do governo, entre eles o PT, seguiram crescendo, ao tempo em que o PSDB se mantinha como baluarte da oposição programática ao governo Lula e, depois, Dilma, atraindo os setores identificados com essa perspectiva. Partidos como o PMDB (hoje MDB) e o PP estiveram no governo neoliberal de FHC e no governo 'pós neoliberal' (para usar a terminologia do Emir Sader) de Lula e Dilma. Serviram de esteio a ambos projetos, continuaram no governo Temer e se esforçam para entrar no governo Bolsonaro. Assim, atraíram muitas lideranças e caudilhos locais por representarem pontes com a máquina do governo federal. O PFL, depois DEM, se viu esvaziado nesse período – não representava pontes com o governo, nem perspectiva de capitanear outro projeto, como o PSDB, deixando de ser 'atrativo' para caudilhos locais que se sentiam mais 'cômodos' no PMDB ou PP. O PSD nasce a partir da liderança de Gilberto Kassab que detectou um espaço para a constituição de um partido que não fosse isso nem aquilo e, assim, pudesse atrair lideranças e caudilhos incomodados com os partidos existentes. Simbólica, nesse sentido, a permanência do próprio Kassab no governo Dilma até o final, no governo Temer e, agora, no governo Dória em São Paulo buscando, ainda, espaço de interlocução com o governo Bolsonaro.

O golpe de 2016, a prisão do Lula, a lava-jato, ou seja, a guerra da mídia empresarial, de setores do judiciário e de órgãos de fiscalização e controle, como o Ministério Público, contra a política em geral, aliados ao clima internacional, com o crescimento do que vem sendo chamado de 'populismo', leva à ascensão do bolsonarismo. Mesmo com todos esses contratempos, o PT vai ao segundo turno em 2018, com Fernando Haddad e Manuela D'ávila, e tem 44,87%, vencendo em todos os estados do nordeste e ainda Pará e Tocantins, enquanto o PSDB, com Alckmin e Ana Amélia (PP), em uma coligação ampla com DEM, PP, PSD, PTB, PRB, PPS, SDD, obteve 4,76% dos votos, quase metade deles concentrados no Estado de São Paulo.

Com a ascensão de Bolsonaro, os partidos fisiológicos, que a mídia empresarial insiste em chamar de "centro", passam a flertar com o governo, na "velha política" do "bate e assopra", do "criar dificuldade para vender facilidade", do "é dando que se recebe" e transformam-se em pontes junto a ministérios e setores do governo, enquanto PSDB e MDB encontram mais dificuldades para esse mesmo movimento.

O DEM acumula ainda as presidências da Câmara e do Senado, o que não é pouco poder no presidencialismo de coalisão, além de ministérios, tornando-se, assim, o partido com estrutura nacional, pontes com o governo e perspectivas de curto prazo.

O PSD tem sido desde sua criação o partido que não é isso nem aquilo. Busca ceder espaço para lideranças e caudilhos locais e regionais que não sobrevivem na oposição, mas tampouco querem ter a marca de governistas. Foi assim nos governos Lula e Dilma, no governo Temer e agora no governo Bolsonaro. Assim o PSD atrai pessoas com trajetórias das mais diversas, tendo eleito no segundo turno desde alguém que construiu sua trajetória como anti-petista, a exemplo do prefeito de Guarulhos, Guti, eleito em 2016 pelo PSB; como o prefeito de Canoas, Jairo Jorge, eleito em 2012 pelo PT, partido no qual militou por muitos anos.

O DEM elegeu prefeitos em quatro capitais: Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis e Salvador. Todos os candidatos eleitos estavam em outros partidos em eleições anteriores. O caso do vencedor do Rio, Eduardo Paes, é emblemático: vereador pelo PFL, em 1996 no governo César Maia; deputado federal pelo PSDB, em 2002, no governo FHC; prefeito pelo PMDB, em 2008 e 2012 nos governos Lula e Dilma e agora eleito pelo DEM, no governo Bolsonaro, tendo ainda passagens pelo PV e PTB. Mas também Jean Loureiro foi eleito prefeito de Florianópolis pelo PMDB em 2016, assim como Bruno Reis eleito vice-prefeito de Salvador pelo PMDB, em chapa liderada por ACM Neto, do DEM, e Rafael Greca, eleito prefeito de Curitiba pelo PMN em 2016.

O PSD elegeu dois prefeitos de capitais: Alexandre Kalil, eleito prefeito de Belo Horizonte em 2016 pelo PHS; e Marquinhos Trad, em Campo Grande, com larga trajetória no PMDB.

O PP elegeu prefeitos em duas capitais: Cicero Lucena, em João Pessoa, oriundo do PMDB e PSDB, partidos pelos quais foi prefeito, governador e senador; e Tião Bocalom, em Rio Branco, que depois de ser prefeito em Acrelândia, foi candidato a prefeito de Rio Branco pelo PSDB em 2012, candidato a governador em 2014, pelo DEM e candidato a deputado federal em 2018, pelo PSL.

Como aponta a mídia empresarial, o DEM, o PSD e o PP foram, com certeza, os partidos que mais cresceram em número de prefeituras, de votos e mesmo de população governada. Porém, muito, senão todo esse crescimento, foi determinado pela migração de lideranças e caudilhos locais e regionais para esses partidos que, nesse momento representam a possibilidade de pontes com o governo federal e, assim, da manutenção do fisiologismo que sustenta tais lideranças e caudilhos, como já foram no passado o PMDB, nos governos Lula e Dilma, e o PSDB e DEM, na gestão Fernando Henrique.

Certamente o PT, a esquerda e o progressismo, em que também se enquadram PSOL, PCdoB, PDT, PSB e Rede, mantiveram-se na posição defensiva: sem perder terreno significativo, mas sem avançar institucionalmente.

PSDB e MDB deixaram de representar perspectiva de poder a curto prazo ou caminhos para os benefícios imediatos da relação com o governo federal e, portanto, não representam mais atrativos a lideranças fisiológicas. O recuo do PSDB só não foi maior em nível nacional pelo que representa no Estado de São Paulo, onde concentra 1/3 das cidades e mais da metade da população que o partido governará.

O crescimento de DEM, PSD e PP, em termos de número de cidades e população governada, representa menos uma alteração na correlação de forças entre posicionamentos políticos ou em torno de projetos nacionais do que uma nova aglutinação das mesmas lideranças e caudilhos que em momentos anteriores se juntaram em outras siglas que representavam à época melhores canais de relação com o governo federal.

Isso não significa que não tenha havido crescimento, mas muito menor do que se imaginava, de forças políticas, aninhadas em partidos diversos, como Patriota, PSL, PSC entre outros, que representam o ideário conservador que flerta com o fascismo.

Assim como houve vitórias, eleitorais e políticas, da esquerda e de setores progressistas, também pouco numerosas, mas significativas, com candidaturas que representaram inovação e perspectivas alinhadas à ampliação e consolidação de direitos, da democracia e da justiça.

O jogo está aberto. Nenhuma força política foi capaz de ter vitória que altere a correlação de forças em nível nacional. As forças de esquerda e progressistas se mantiveram na defensiva, mas podem avançar com trabalho de base, formulação e formação política.

- **Eduardo Tadeu Pereira** é professor visitante da UNIFESP e Diretor Executivo da ABM (Associação Brasileira dos Municípios)



Compartilhe nas redes: